

Câmara promove audiências públicas para debater temas

Carnaval 2027 e nova Praça Onze estão em discussão com a população

O Carnaval de Rua do Rio reuniu este ano cerca de 6,8 milhões de foliões e movimentou aproximadamente R\$ 5,5 bilhões na economia da cidade, consolidando sua relevância para o turismo e a geração de emprego e renda. Contudo, diversos blocos anunciaram o fim de suas atividades, como o tradicional Carmelitas, de Santa Teresa, reclamando da falta de infraestrutura. Com a finalidade de promover estudos e formular propostas de políticas públicas para o desfile dos blocos, a Comissão Especial do Carnaval de Rua da Câmara do Rio vai realizar, nesta terça-feira (12), às 10h, audiência pública para debater a organização dos cortejos em 2027.

“O carnaval é a mais importante manifestação cultural do Rio, e o carnaval de rua é a expressão mais autêntica dessa festa. Além disso, gera emprego e renda e movimenta um volume de recursos importantíssimo para a cidade. Vamos reunir todos que fazem parte dessa organização para debater a melhor forma de tornar nosso carnaval ainda melhor”, afirma Tatiana Roque (PSB), presidente da comissão.

Além dos demais membros do colegiado, os vereadoras Pedro Duarte (PSD) e Salvino Oliveira (PSD), deverão participar da audiência o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, Osmar Lima; o presidente da RioTur, Bernardo



Cicero Rodrigues/CMRJ

Nova Praça Onze vai modernizar a região do Sambódromo

Fellows; e a deputada estadual Veronica Lima, presidente da Comissão de Cultura da Alerj, e representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Nova Praça Onze

Na última semana, a Câmara Municipal realizou uma audiência pública para debater as mudanças na Praça Onze e no Sambódromo. Promovida pela Comissão de Assuntos Urbanos, o encontro debateu proposta do Poder Executivo que cria a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) Praça Onze Maravilha e prevê intervenções

urbanas de grande porte, entre elas a demolição do Elevado 31 de Março. A proposta contempla ainda a construção do Parque do Porto e da Biblioteca dos Saberes, assinada pelo arquiteto Francis Kéré (Pritzker), além da produção de unidades habitacionais, a integração do Sambódromo com seu entorno e a adequação do sistema viário. O investimento estimado para execução das intervenções é de R\$ 1,75 bilhão, valor que deverá ser captado por meio de parceria público-privada (PPP), sem utilização direta de recursos do orçamento municipal.

Durante a audiência, alguns participantes apontaram a necessidade de maior detalhamento do projeto urbanístico. “Estamos discutindo um PLC sem um projeto urbano consolidado. A proposta apresenta intenções e diretrizes, mas ainda faltam informações sobre parâmetros urbanísticos, plano de usos e percentual destinado à habitação de mercado, de interesse social e de usos não residenciais, por exemplo”, afirmou Henrique Barandier, consultor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Prefeitura do Rio espera arrecadar mais de R\$ 45 bilhões em 2027

Eduardo Barreto/CMRJ

A Câmara do Rio aprovou, na última semana, em primeira discussão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (PL 2074/2026), de autoria do Poder Executivo, que estabelece as metas fiscais e as prioridades do município para o exercício financeiro de 2027. A proposta é estruturada com base no Plano Plurianual 2026-2029 (Lei 9.275/2026). A meta do governo é arrecadar R\$ 45,184 bilhões.

A LDO constitui um instrumento estruturador do planejamento de curto prazo. Pelo detalhamento das prioridades e metas



Projeto ainda voltará a ser apreciado pelos vereadores

da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, sobre equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e

forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Segundo Anexo de Metas e Riscos Fiscais enviado pela Prefeitura, em 2025, retirando os recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a Receita Total realizada foi de R\$ 39,856 bilhões. Quando comparada com a Receita Total Prevista, de R\$ 40,306 bilhões, evidencia-se um desempenho 1,1% abaixo do contido na Lei Orçamentária, ficando inferior à meta em R\$ 449,678 milhões. No que se refere à Despesa Total, a despesa realizada ficou 1,4% abaixo da despesa fixada, correspondente a R\$ 551,043 milhões. Seguindo rito específico, a matéria voltará à pauta em primeira discussão e segunda sessão, antes de ser enviada para a apreciação do prefeito Eduardo Cavaliere.

Professores convocados para troca de carga horária

O Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou a migração de carga horária de 1.358 docentes no processo seletivo interno de Professor Docente I de 18 horas para 30 horas semanais. Esta é a primeira publicação da relação de aprovados do processo neste ano e permitirá que os professores recebam uma remuneração maior, compatível com a nova jornada, com mais horas destinadas à regência, ao planejamento e à formação.

O edital contemplou professores para as áreas de Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, Inglês, Espanhol, História, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Artística, Geografia, Química, Biologia, Educação Física, Física, Filosofia, Pedagogia, Sociologia, Ensino Religioso, Enfermagem, Administração e Informática.

Os rendimentos destes profissionais serão atualizados de acordo com a tabela de vencimentos do Professor Docente I - 30h, assim que a folha de pagamento processar a alteração de jornada.

A mudança de regime é um benefício para a carreira do docente, que poderá, de acordo com a opção, incidir em benefícios que serão levados para a aposentadoria.

O regime de 30 horas semanais deverá ser cumprido na forma de 20 horas de efetiva regência, acrescida de 10 horas de planejamento e estudo, seguindo assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com a migração será mantida a classificação do docente na unidade escolar para efeito de alocação nas turmas e turnos.

Também não haverá prejuízo na progressão da carreira, sendo assegurada a manutenção do nível e referência que se encontravam antes da migração, conforme Plano de Carreira do Magistério.

O processo atende a uma reivindicação antiga da categoria. Os candidatos aprovados precisam comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Regional de sua lotação, no dia e horário fixados no edital publicado no Diário Oficial para a escolha das vagas com os horários das aulas.